

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE



Monografia

**CORFEBOL – PROPOSTA DE INCLUSÃO DE
CONTEÚDO EM GRADES CURRICULARES
DE ESCOLAS PARA INTEGRAÇÃO DE
GÊNEROS**

Fábio Luiz Candido Cahuê

Rio de Janeiro, 2008

Fábio Luiz Candido Cahuê

**Corfebol – Proposta de Inclusão de
Conteúdo em Grades Curriculares de
Escolas para Integração de Gêneros**

Monografia apresentada

como requisito parcial à Obtenção do Grau de

Licenciado em Educação Física

Escola de Educação Física e Desportos

Centro de Ciências da Saúde

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Orientador(a):

Ricardo José Ramos

Rio de Janeiro, 2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS**

A Monografia: Corfebol – Proposta de Inclusão de Conteúdo em Grades Curriculares de Escolas para Integração de Gêneros

elaborada por: Fábio Luiz Candido Cahuê

e aprovada pelo professor responsável pelo R.C.S., professor orientador e professor convidado foi aceita pela Escola de Educação Física e Desportos como requisito parcial à obtenção do grau de:

LICENCIADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

PROFESSORES:

Orientador(a): _____

Convidado(a): _____

Responsável pelo R.C.C.: _____

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que me deu disposição para adquirir o conhecimento aqui disposto. Aos meus pais e minha namorada, Michelle, que pacientemente me apoiaram nesta jornada. Aos professores Ricardo Ramos, Marcelo Soares, Juliana Costa e Felipe Santos pela ajuda que me deram neste meu início de vida acadêmica.

RESUMO

Título: Corfebol – Proposta de Inclusão de Conteúdo em Grades Curriculares de Escolas para Integração de Gêneros

Autoria: Fábio Luiz Candido Cahuê

Orientador(a): Ricardo José Ramos

Este estudo tem por objetivo apresentar uma proposta de trabalho que vise a integração de gêneros dentro dos espaços de ensino formal (escolas). É utilizado como instrumento um esporte antigo, com mais de cem anos de história e muito conhecido na Europa e Ásia, porém não muito conhecido por parte da maioria dos professores brasileiros, apesar de algumas matérias jornalísticas em mídia de massa: o corfebol.

Depois de feita uma breve introdução sobre a importância do corfebol como uma poderosa ferramenta de trabalho em escolas, foram vistos os conceitos de gênero e as regras básicas para a compreensão de como o corfebol poderá atuar seguindo esta proposta.

Foram feitas contextualizações com a educação física atual, sendo citados exemplos de como se dá o processo de construção dessa dicotomia que existe entre homens e mulheres no decorrer da sua vida escolar e social, e de como fazer com que essa mesma dicotomia se dissipe e, dessa forma, se comece um processo constante de reflexão sobre a possibilidade de construção de novos conceitos, baseados em uma perspectiva de dinâmica cultural.

Por fim, foi construída a proposta de trabalho colocando o corfebol como uma forma de intervenção nos espaços de trabalho nas escolas, segundo um pensamento antropológico-cultural e fundamentado nos conceitos culturais de gênero e em estudos que corroboram para a prática do esporte para tal fim.

Palavras-chave:

<i>Corfebol</i>	<i>Gênero</i>	<i>Educação Física Escolar</i>
-----------------	---------------	--------------------------------

SUMÁRIO

Introdução	6
Origem do Corfebol	7
Corfebol no Brasil	8
Regras do Jogo	9
Conceito de Gênero	12
Desenvolvimento	14
Conteúdos da Educação Física Escolar	14
Contextualização da Proposta	16
A Proposta	20
Conclusão	23
Referências	24

INTRODUÇÃO

Este estudo tem por objetivo mostrar mais uma ferramenta de trabalho para uma situação que hoje pode ser considerado um dos maiores polêmicas da educação física atual: integrar meninos e meninas em uma única prática esportiva, dentro de uma aula de educação física nos espaços de ensino formal (escolas).

O Corfebol é um esporte centenário que tem por características o não-sexismo, ou seja, jogam mulheres e homens no mesmo time, obedecendo as mesmas regras, além de ter intrínseco no jogo o caráter cooperativo e co-educativo.

Pode-se ter uma idéia de como isso pode ser feito. Cumellas e Gonzáles (2000) apontam, em trabalhos anteriores, o corfebol como uma poderosa ferramenta de trabalho em âmbito escolar quando dizem: “Creemos que es importante aplicarlo en los centros escolares ya que proporciona al profesorado una serie de recursos y estrategias básicas para desarrollar una parte del currículum del área de educación física.” Pode-se afirmar, então, que se tem no corfebol um recurso que podemos aproveitar ao máximo em aulas de educação física nas escolas.

Mas antes de entrar em detalhes sobre como é possível trabalhar o corfebol para refletir, desconstruir e reconstruir a concepção de gênero que é elaborada e ensinada pela sociedade atual, é *mister* entender a origem do esporte, sua história e desenvolvimento, suas regras básicas e apresentar um conceito de gênero que norteie as discussões que se darão no decorrer do presente estudo.

Origem do Corfebol

Segundo o site da Federação Internacional de Corfebol (IKF), o Corfebol é um esporte de origem holandesa, inspirado em um jogo visto durante um curso de verão



Figura 1 - Foto antiga de uma partida de Corfebol

em Nääs, Suécia, chamado Ringball, e criado pelo professor de Educação Física Nico Broekhuyesen em 1902. O esporte, segundo o professor Nico, foi criado com o objetivo de integrar homens e mulheres em uma mesma atividade, pois ele sentia a necessidade de incorporar a mulher dentro do contexto da atividade física, fato que quase não existia na época por fatores culturais (quando havia atividade física para o sexo feminino havia a segregação dos gêneros para realizar suas atividades).

A partir daí, e com alguns ajustes, o Corfebol obteve grande aceitação e logo um ano depois houve a inauguração da Associação Holandesa de Corfebol. Em 1920 foi esporte de exibição nos Jogos Olímpicos da Antuérpia. Nessa época a Bélgica conhece o esporte e lá também houve grande aceitação. Em 1928 foi apresentado como jogo de exibição nos Jogos Olímpicos de Amsterdã.

Um marco para o esporte foi a inauguração, em 1933, da IKF (International Korfball Federation). Após a Segunda Guerra Mundial o Corfebol chega na Grã-Bretânia, Espanha, Portugal, Alemanha, Estados Unidos e Dinamarca.

Em 1985 o Corfebol passa a fazer parte da lista de esportes da World Games, evento onde mais de 40 esportes são representados.

Na década de 90 o Corfebol tem uma de suas maiores conquistas: o reconhecimento do Comitê Olímpico Internacional como esporte não-olímpico. Fato este que foi confirmado em 2004 e que pode ser reconfirmado neste presente ano

ou até mesmo acontecer um *upgrade* em sua qualificação, o que levaria o Corfebol ao status de esporte olímpico.

O corfebol pode ser jogado em quadras, em campos abertos e na praia, sendo este último com regras diferentes do que é jogado nos dois primeiros campos. É importante ressaltar que o caráter co-educativo, cooperativo e integrador de gêneros do corfebol de praia não se perde com a diferença das regras.

O Brasil foi reconhecido como esporte praticante do Corfebol pela IKF em 2003, fato que será explicado melhor a seguir.

Corfebol no Brasil

Segundo escritos no site Wikipedia, o Corfebol no Brasil começou na década de oitenta, quando formandos da Universidade Gama Filho que, em viagem para a Holanda, acabaram se encantando com o jogo e o trazendo-o para o Brasil. Lá se surpreendem com a popularidade do jogo e com uma característica única: o envolvimento igualitário dos gêneros dentro do jogo.

A partir daí foram feitas várias demonstrações do jogo, no Colégio Anglo-Americano e no clube da empresa de energia Light (ambos na cidade do Rio de Janeiro). Tiveram enorme êxito no Congresso Brasileiro e Panamericano de *Esporte Para Todos*. Esse grupo, no entanto, não obteve sucesso em sua divulgação pois não obtiveram apoio e patrocínio.

Em 1998, no entanto, resurge o corfebol quando o professor de educação física Marcelo Soares descobre o corfebol na Universidade Castelo Branco, dessa vez como um jogo recreativo. A partir daí Marcelo começou a implementar o esporte, ainda sem material oficial, dentro das suas aulas, na comunidade de Fernão Cardim,

no Rio de Janeiro. Conseguiu colocar a modalidade em segundo lugar na preferência das crianças, perdendo apenas para o Futebol.

No ano de 1999 foi feito o contato com a IKF, através da Sra. Sandra Vedder. Em 2001 o Clube dos Sub-Oficiais e Sargentos da Aeronáutica (CSSA), no Rio de Janeiro, se tornou oficialmente o primeiro clube praticante da América do Sul. Em 2002 os professores portugueses Nuno Ferro e Jorge Ramos vieram ao Brasil para realizar o primeiro curso de Corfebol no país, para estudantes da Universidade Castelo Branco e uma clínica da modalidade para um grupo de atletas que estavam se formando no CSSA-RJ. No mesmo ano Marcelo Soares é declarado o representante oficial da modalidade no Brasil e arbitro oficial da IKF.

Em 8 de novembro de 2003 o Brasil é declarado pela IKF o 41º país praticante de corfebol no mundo e o professor Marcelo Soares é declarado o representante e divulgador oficial do Corfebol na América do Sul. A partir dessa data, o Brasil ganhou o direito de disputar as competições oficiais da Federação Internacional, além das possíveis competições realizadas pelo Comitê Olímpico Internacional. A partir daí o Corfebol começou a ser assunto dentro das universidades, através de cursos, palestras e clínicas, no Brasil inteiro, além de ser assunto presente nos principais congressos e eventos de extensão universitária de Educação Física do país.

Regras do Jogo

Com relação às regras básicas que irão ajudar a fundamentar e construir a proposta de trabalho a seguir, são elas:

1) O jogo é misto em gênero.

O corfebol é particularmente diferente dos outros desportos de quadra quando impõe, por regra, que o jogo deve ser jogado com dois times, cada um formado por oito pessoas: quatro do sexo masculino e quatro do sexo feminino. Isso o caracteriza como o único esporte de quadra que não tem modalidade segregada por gênero no mundo inteiro. Tal regra é essencial para a compreensão da proposta que será construída neste trabalho.

2) O jogo prega a anti-violência.

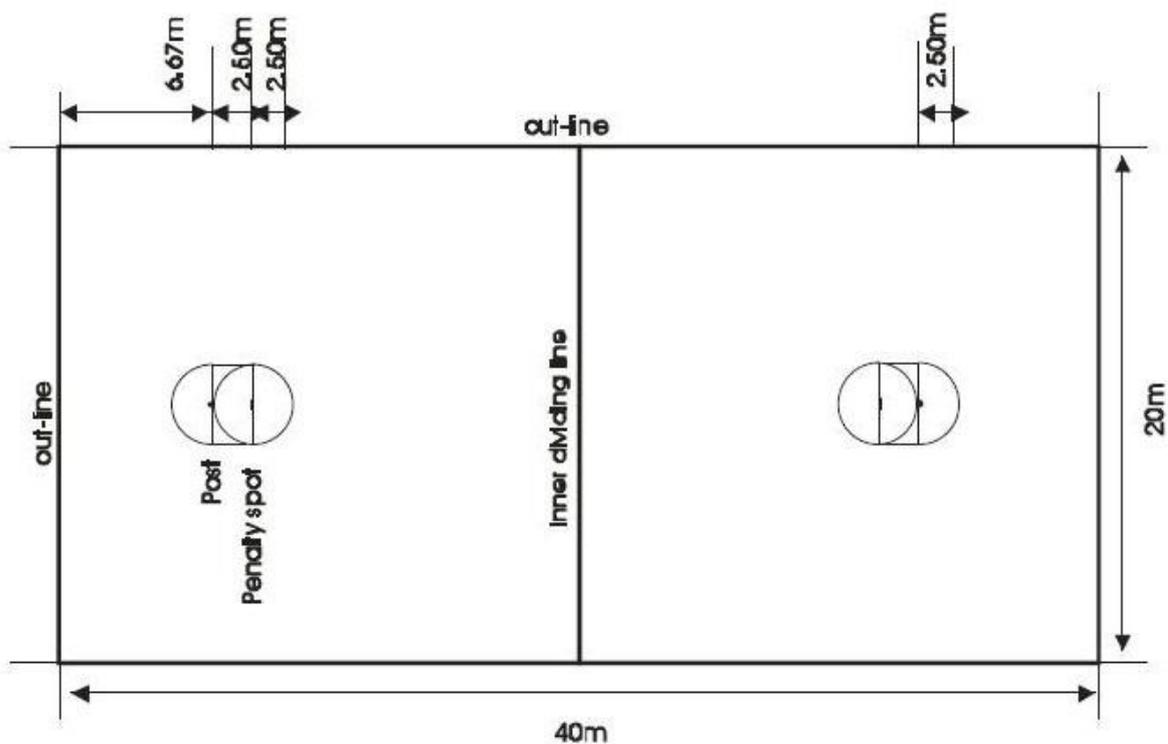
Segundo o Livro de Regras da International Korfball Federation (2006), o corfebol é um jogo onde se prega a habilidade e a anti-violência. Isso fica claro quando o texto coloca as regras do “marcado”, onde o jogador da defesa, quando posicionado a uma distância de um braço (ou um metro, aproximadamente) do adversário, impede o mesmo de realizar o arremesso. Essa regra faz evitar o uso da marcação com contato, quando diz também que a única forma de tomar a posse de bola do adversário é realizando a marcação no ato do arremesso ou interceptando a bola no ar. Além disso, a marcação “é por sexo, o que quer dizer que não é permitido defender um jogador do sexo oposto” (Granja, Ramos e Ferro, 1997, p. 14). Tal adendo permite o respeito às características fisiológicas de cada sexo.

3) O jogo tem um caráter cooperativo.

No corfebol o jogador é proibido de “progredir com a bola andando, correndo ou driblando” (Granja, Ramos e Ferro, 1997, p. 13), tendo que, quando com a bola e

em equilíbrio, tocá-la, arremessá-la (quando não está marcado) ou girar em um pé de apoio. A obrigatoriedade do toque faz com que o jogador pense no time como um todo, não em si mesmo, o que ocorre em outros esportes coletivos.

O jogo, oficialmente, deve ser desenvolvido em uma quadra de 40 metros de comprimento por 20 metros de largura, e em um período de 60 minutos, divididos em dois tempos de 30 minutos com um intervalo de 15 minutos. A cesta, que não tem tabela, como a de basquete, fica a 3,5 metros de altura e fica posicionada no primeiro terço da parte de dentro da quadra, ou seja, a 6,67 metros da linha de fundo.



Dimensões da quadra de Corfebol – Fonte: Livro Oficial de Regras (2006)

O jogo de Corfebol se dá em dois campos: ataque e defesa. Os defensores de um time (dois casais) não podem atacar (arremessar a bola na cesta) e sua função no jogo é de recuperar a bola para passar para o lado atacante. Os atacantes não podem retornar para o campo de defesa e a função desses jogadores (também

dois casais) é de fazer o ponto. O arremesso vale um ponto, independente da distância que a bola foi arremessado.

A bola tem as mesmas dimensões de uma bola de futebol, porém é mais leve e “quica” mais.

Através das regras básicas acima se pode vislumbrar o caráter dinâmico, cooperativo e co-educativo do jogo.

Concepção de Gênero

De acordo com Louro (1995), as diferenças entre homens e mulheres estão além dos aspectos físicos e biológicos. Essas desigualdades estão profundamente imersas em um conjunto de práticas discursivas que constroem sujeitos masculinos e femininos muito mais complexos que as distinções de ordem fisiológica se propõem a explicar. Saffioti (apud Carloto, 2001) diz que:

“não se trata de perceber apenas corpos que entram em relação com outro. É a totalidade formada pelo corpo, pelo intelecto, pela emoção, pelo caráter do EU, que entra em relação com o outro. Cada ser humano é a história de suas relações sociais, perpassadas por antagonismos e contradições de gênero, classe, raça/etnia”.

Não é propósito de este trabalho discutir as relações e as diferentes concepções de gênero, porém é *mister* entender como essa definição pode fazer com que o Corfebol possa ser colocado como uma ferramenta poderosa para a integração de gêneros.

A partir daí, e com todos os subsídios colocados até agora, pode-se começar a desenvolver, através de referenciais teóricos da área da pedagogia e do que a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e os Parâmetros Curriculares Nacionais

(PCN's) colocam, a proposta de inserção do Corfebol nas grades curriculares das entidades formais de ensino.

DESENVOLVIMENTO

Para se entender e contextualizar a proposta que será elaborada neste trabalho, é importante traçar um histórico dos conteúdos da Educação Física nas escolas do Brasil, como veremos a seguir.

Conteúdos da Educação Física Escolar

A Educação Física nas escolas passou por uma trajetória histórica de indicações de obrigatoriedade, como em 1851, na Reforma Couto Ferraz, e em 1882, no Parecer de Rui Barbosa. Nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1961, 1971 e 1996, a indicação da atividade física se fez presente com objetivos diversos, de acordo com o período histórico vivenciado. Em 1997, o Ministério da Educação consolidou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), visando dar suporte às discussões pedagógicas, organizando objetivos, conteúdos e metodologias a serem trabalhados nas escolas.

Para caracterizar os conteúdos da Educação Física no Ensino Fundamental, os PCNs estabeleceram três critérios: relevância social (práticas com presença marcante na sociedade brasileira); características dos alunos (considerando diferenças entre as localidades); e conhecimento que a Educação Física possui a respeito da cultura corporal (Brasil, 2000).

Os conteúdos da Educação Física foram divididos em três blocos, tendo assuntos em comum, e algumas particularidades: conhecimentos do corpo, esportes, jogos, lutas e ginásticas, atividades rítmicas e expressivas. Esta organização tem a função de “evidenciar quais são os objetos de ensino e

aprendizagem que estão sendo priorizados, servindo como subsídio ao trabalho do professor, que deverá distribuir os conteúdos a serem trabalhados de maneira equilibrada e adequada” (Brasil, 2000, p. 46). Dentre os conteúdos citados, jogos e esportes costumam ser os mais estimulados por professores de Educação Física.

De acordo com Darido e Rangel (2005), o jogo é considerado um dos conteúdos de maior facilidade de aplicação, pois não exige espaço ou material sofisticado, pode variar em complexidade de regras, pode ser praticado em qualquer faixa etária, é divertido e prazeroso. Para as autoras, o professor deve valorizar todos os alunos, independentemente das diferenças, deve favorecer discussões, estimular e incentivar. Em um jogo, todos têm que respeitar as condições propostas, as chamadas regras. No entanto, estas podem ser adaptadas, possibilitando novas estratégias para alcançar os objetivos. É papel do professor identificar e estar atento a essas questões, para poder melhor encaminhar alternativas, que podem ser construídas em conjunto com os alunos.

Conforme Betti (2002), o esporte é uma ação social institucionalizada, cujo objetivo é determinar vencedor ou registrar recordes por meio de comparação de desempenhos. As atividades esportivas surgiram na Inglaterra no final do século XIX, a mesma época da Revolução Industrial, que envolve capital e movimenta as indústrias de lazer, turismo, roupas, equipamentos esportivos, alta tecnologia e pesquisas científicas. Exportados e adaptados em outros países, as atividades esportivas foram difundidas pelo mundo, com possibilidade de vitórias em competições. Seu início no Brasil deu-se a partir da década de 1940.

Os esportes coletivos, segundo Gonzáles apud Darido & Rangel (2005), são classificados em duas categorias: aqueles em que há interação com o oponente e aqueles em que não há interação com o oponente. São os que mais despertam

interesse, principalmente nas aulas de Educação Física, pelo fato de serem disputados em grupos, confirmando a necessidade humana de socialização. O esporte na escola deve levar os alunos ao rendimento ótimo, e não máximo, explorando suas potencialidades e respeitando suas características e limitações individuais. Assim, defende-se que o esporte na escola tenha um tratamento diferenciado do esporte competitivo.

Entende-se que, em relação aos conceitos citados, o jogo fica sendo em grande parte uma característica do esporte, tendo em comum elementos essenciais como liberdade, prazer e regras, e diferenciando-se pela valorização do desempenho.

Para contextualizar a prática do corfebol a favor de uma reconstrução dos espaços e concepções socio-culturais de gênero, é necessário avaliar a postura do professor e a prática pedagógica nas aulas, como se verá a seguir.

Contextualização da Proposta

O que se tem visto hoje, na prática, é uma grande distância (ou até mesmo alguma displicência por parte do corpo docente) quando se trata de unir os conceitos pedagógicos ao momento onde as crianças estão sob os cuidados do professor. Existem várias formas de explicar o porque desse fato, porém este trabalho se baseará na explicação dada por Daolio (1995): são idéias e conceitos construídos pelo homem, culturalmente, ao decorrer de sua história.

De acordo com Barbosa (1997) as primeiras experiências adquiridas por crianças serão muito importantes para aquisições posteriores. O professor deve possuir uma consciência filosófica, não só para entender o processo intelectual de

seus alunos, mas também para motivar a consciência crítica; ele precisa ir além do senso comum para repensar sua prática pedagógica criticamente, adequando seus objetivos àquilo que a maioria tem mais necessidade, para trabalhar em cima desse ponto, procurando a melhor forma de desenvolver seu corpo discente.

Não atender aos interesses cognitivos de cada idade e pôr de lado as verdadeiras necessidades do esquema corporal é tirar a oportunidade da criança, quando chegar sua hora de ter senso crítico, não executar um movimento somente por executar, mas sim refletir sobre ele, sobre o espaço onde que está, com quem está, pensar no espaço como um todo, começar a trabalhar sua própria compreensão do mundo.

A preferência pelo melhor aluno em detrimento do que tem mais dificuldades de aprendizagem, o pessimismo das meninas com relação à atividade física e à superioridade dos meninos (devido às limitações biológicas de cada sexo), o privilégio do individualismo em uma atividade coletiva, entre outros pontos são as razões que fazem com que professores se equivoquem em sua prática (nem sempre por vontade própria, mas por um conflito entre seus conhecimentos sobre pedagogia adquiridos na sua graduação e suas concepções construídas desde a sua infância, através de seus pais e até de alguns de seus professores em sua vida escolar), quando deixam esses pontos negativos tomarem posse do seu espaço de atuação e de intervenção pedagógica. Além do mais, desconsideram o princípio da inclusão, em que “os conteúdos e estratégias escolhidos devem propiciar a inclusão de todos os alunos” (Betti, 2002, p.77), proposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de Educação Física.

Um exemplo claro de como isso acontece é mostrado por Daolio (1995), quando ele cita o caso de uma aluna em sua aula que se equipara a uma “anta”

quando não consegue pegar a bola em um jogo de volei. Esse pessimismo foi construído diante de uma perspectiva antiga sobre o papel da mulher na sociedade: cuidar da casa e da família através de serviços domésticos. Na atual conjuntura socio-econômica, a mulher participa ativamente (quando não totalmente) do sustento da casa, o que seria o “papel do homem”.

Outro exemplo, também citado por Daolio (1995), fala sobre como a mulher, quando esquece de seu “papel sexual cultural”, consegue se sentir feliz praticando alguma atividade física e como ela se sente enojada ao lembrar do fato que está suada, ao invés de estar “limpa e cheirosa”. Muitas das vezes os pais e as outras pessoas de seu círculo social reforçam esta idéia, que Daolio chamaria de “criação de antas” (p. 104).

Cardoso *apud* Daolio (1995) defende que a educação física “ainda não se liberou da dicotomia criada culturalmente entre o masculino e o feminino” (p. 104), e Cardoso (1994) conclui o pensamento explicitando que, por conta disso, os professores acabam a prosseguir com “a atual ação pedagógica e limitar o pleno desenvolvimento motor dos indivíduos” (p.267).

Outra prática equivocada por parte do corpo docente é demonstrada por Alpiarça et al. (1991). Segundo ele:

“o esforço para a emancipação da Mulher no desporto é caracterizado pelo adágio (o que é permitido e possível ao homem é possível e permitido à Mulher). Os defensores desta idéia cometem um erro ao tomar os valores e as práticas da cultura masculina como certos, aceitando as suas normas como padrão.” (p. 201)

Loockx (*apud* Alpiarça et al.,1991) realizou um estudo com professores baseado em um conceito de co-educação, que pode ser explicado como:

“um modelo que visa o desenvolvimento da igualdade de oportunidades, não apenas a nível de acesso e de frequência, mas também a nível de processos e resultados das aprendizagens, designadamente no que respeita à congruência entre os critérios que presidem à sua certificação escolar e o valor que lhes é atribuído pela realidade social.” (Portugal *apud* CONCILIAR.pt, 2003).

De acordo com o autor, “sendo ensinados em conjunto, rapazes e raparigas aprenderam que a atribuição de tarefas, responsabilidades, direitos e deveres não é determinada, *à priori*, pelo sexo.” (p. 202)

Para aprofundar este assunto, seria necessária uma ampla reflexão, abordando todos os vértices envolvidos. Porém, não é esse o objetivo deste trabalho. Pode-se então tomar todos os argumentos supracitados para a construção desta proposta de trabalho.

Sob um ponto de vista antropológico-cultural, Daolio (2001) afirma que a educação física escolar não é somente um campo de atuação onde o professor deverá ensinar os gestos “corretos” daquele esporte ou daquela dança específica, mas:

“a área que vai partir da dinâmica cultural específica de seus alunos no que se refere às questões do corpo, do movimento, dos esportes etc. para ampliá-la, discuti-la, confrontá-la, refutá-la, enfim, tornar o aluno um sujeito emancipado e autônomo nas questões corporais.” (p. 34)

Ainda sobre a educação física escolar, Daolio (*apud* Cahuê, 2006) afirma que ela deve ser:

“sem preconceitos, que propicie a todos e a cada um o pleno desenvolvimento de suas habilidades motoras. Se essas habilidades foram historicamente delegadas preferencialmente a um sexo, que haja espaço nas aulas para a discussão desses privilégios e, se for o caso, que se inicie a transformação desses valores a partir das aulas”. (p. 1)

As afirmações supracitadas são de extrema importância para esta proposta, pois estas são o resumo de toda uma abordagem que, para uma prática que envolva o corfebol, é a ideal.

A Proposta

O caráter misto e coletivo do corfebol faz com que tanto os homens quanto as mulheres pensem sobre o seu papel no jogo. O professor pode abordar esse assunto durante uma pausa proposital, e então começar uma reflexão, com a turma, sobre as regras do jogo e como o que acontece durante o jogo pode ser levado à vida real. A partir dessa estratégia, a turma entrará em uma constante reflexão sobre o seu papel enquanto pessoa e enquanto gênero, reconstruindo suas antigas concepções.

O corfebol é um esporte no qual o menino deve ter a obrigação de respeitar a menina, enquanto pessoa e enquanto gênero, para que ele, e sua equipe, consigam vencer. Uma turma que joga corfebol deve ter em mente que, se houver algum “fominha” no time, este terá mais chances de perder, pois a equipe que entende o espírito coletivo do esporte terá mais facilidade, e contará sempre com todos os seus jogadores em quadra.

Gonçalves e Fraga (2005) analisaram as diferenças de gênero dentro das práticas corporais escolares. Neste trabalho, descobriram uma espécie de “arquitetura de gênero” dentro do único espaço de lazer e de intervenção externo do professor de educação física, na instituição pesquisada: a quadra. As regras do corfebol fazem com que todos se distribuam no espaço de trabalho, sem qualquer tipo de segregação. Assim contribui para que as construções dos espaços de lazer em horários de intervalo (“recreio”) se modifiquem, reconstruindo as categorias espaço e tempo e as relações de gênero dentro da escola. Para corroborar esta afirmação, pode-se citar Alpiarça et al. (1991) que, em seu estudo, consegue provar que os praticantes de esportes sexistas, ou seja, que são segregados por gêneros,

apresentam maior tendência para a estereotipação sexual que os praticantes do esporte não-sexista, que não são segregados por gêneros, no caso o corfebol.

Outro estudo que pode ser citado para solidificar esta proposta é o realizado por Cahuê *et al.* (2007) que observou crianças do primeiro ano do primeiro ciclo do Ensino Fundamental de uma escola municipal do Rio de Janeiro. O objetivo do trabalho era observar como as crianças desta faixa etária concebiam o corfebol dentro da sua grade curricular. Observou-se que a chamada “arquitetura de gênero” ficou bastante clara antes da prática do corfebol; depois de aplicado o jogo essa tendência se dissipou e começou-se a observar uma maior democratização do espaço comum de aula e lazer. Além disso, o trabalho mensurou que o jogo teve uma aceitação boa por parte das crianças, através de uma entrevista feita com as crianças, e também observou uma diminuição da violência entre os gêneros.

Depois dessa conscientização e do despertar para um constante processo de reflexão sobre as questões de gênero o jogo se torna mais respeitoso e menos agressivo, contribuindo para o caráter não-violento do jogo. O esporte, neste caso, servirá como uma forma de intervenção a fim de esclarecer os limites biológicos de cada um, sem interferir (e até ajudando) na elucidação a respeito do espaço de cada um dentro da sociedade, dentro de um novo conceito de gênero.

Desta maneira, e de acordo com Oliveira (*apud* Daolio, 2006), pode-se então dizer que o corfebol, com suas regras e suas possíveis intervenções, ajuda a enxergar o corpo em um processo de “dinâmica cultural”, onde os alunos deixam de pensar no biológico para começar a refletir sobre si mesmo e seus colegas através de um paradigma completamente diferente ao que estavam acostumados a pensar.

CONCLUSÃO

Tem-se, neste momento, uma proposta de trabalho construída através de uma contextualização da educação física atual, baseada em uma perspectiva antropológica-cultural e que tem como objetivo primário fazer com que as construções culturais de gênero sejam repensadas para que haja a reconstrução dessas concepções nos espaços de intervenção das instituições formais de ensino. E que, a partir do momento em que haja essas reflexões, que as intervenções pedagógicas dentro das aulas de educação física tenham a preocupação de incluir, sem constranger, sem nenhum tipo de preconceito com os outros e consigo mesmo(a), e respeitando as limitações biológicas de cada um, todos dentro da atividade física proposta pelo professor.

A prática proposta neste estudo permitirá, com a reconstrução e reflexão do conceito de gênero, que haja uma “valorização do estatuto feminino” (Alpiarça et al., 1991, p. 205) não somente no desporto, como de uma forma geral, pois o que foi aprendido em sala de aula será facilmente percebido em suas vivências sociais.

É necessário um aprofundamento maior no que diz respeito a questão do gênero e no que o corfebol e outras práticas podem contribuir para que as diferenças sejam respeitadas e que haja a tão almejada igualdade, porém a proposta que foi elaborada e fundamentada neste trabalho pode ser considerado um “ponta-pé inicial” para que novos estudos sejam realizados.

REFERÊNCIAS

INTERNATIONAL KORFBALL FEDERATION. **The Rules of Korfball**. Disponível em <http://www.korfball.org/images/stories/rules/06_Rules_inc_Guidance_Notes_and_signals.pdf>. Acesso em 04 set. 2006.

FORRESTER, D. **Korfball – Six Lessons Plans for Primary Schools**. Disponível em <http://www.korfball.org/images/stories/knowledgebank/Coaches_Introduction.pdf>. Acesso em 21 set. 2006.

CRUM, B. **Korfball Module for Basic Education**. Disponível em <http://www.korfball.org/images/stories/knowledgebank/Coaches_moduleBasicEducation.pdf>. Acesso em 21 set. 2006.

DAÓLIO, J. **A Antropologia Social e a Educação Física: Possibilidades de Encontro**. In: CARVALHO, Y.; RUBIO, K. **Educação Física e Ciências Humanas**. São Paulo, SP: Hucitec, 2001.

_____. **Educação Física e o Conceito de Cultura**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

_____. **A Construção Cultural do Corpo Feminino ou o Risco de Transformar Meninas em “Antas”**. In: ROMERO, E. **Corpo, Mulher e Sociedade**. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

BETTI, M., ZULLANI, L.R. **Educação Física Escolar: uma Proposta de Diretrizes Pedagógicas**. Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte, São Paulo, ano 1, n. 1, p. 73-81, 2002.

LOURO, G. L. **Gênero, história e educação: construção e desconstrução.** Educação e Realidade. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 101-132, jul.-dez. 1995.

GONÇALVES, V. P., FRAGA, A. B. **A quadra e os cantos: arquitetura de gênero nas práticas corporais escolares.** <http://www.efdeportes.com.br/> Revista Digital. Buenos Aires, ago. 1998. Disponível em <<http://www.efdeportes.com/efd87/genero.htm>>. Acesso em 19 out. 2006.

CUMELLAS, M., GONZÁLEZ, J. **El Korfball, un deporte ideal para practicar en los centros de enseñanza.** <http://www.efdeportes.com.br/> Revista Digital. Buenos Aires, set. 2000. Disponível em <<http://www.efdeportes.com/efd25/korfball.htm>>. Acesso em 22 dez. 2004.

OLIVEIRA, R. C. **Educação física, escola e cultura: o enredo das diferenças.** Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2006.

CARDOSO, F.L. **O gênero e o movimento humano.** Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 15, n. 2, p. 265-268, 1994.

CAHUE, F.L.C. **A abordagem do corfebol no âmbito do ensino formal e no treinamento desportivo.** Anais do FIESLA, Fórum Internacional de Esporte e Lazer. Rio de Janeiro, 2006.

ALPIARÇA, N. et al. **Corfebol e co-educação.** Revista Horizonte. Portugal, v. 7, n. 42, p. 201-205, mar.-abr. 1991.

GRANJA, C., RAMOS, J., FERRO, N. **Corfebol – Uma introdução à modalidade.** Lisboa, Portugal: Eupraxis, 1997.

<http://195.23.38.178/conciliar/base_site.pl?pg_typ=conceitos&key=C&lang=pt&country=pt>. Acesso em 26 out. 2006.

<<http://pt.wikipedia.org/wiki/Korfball>>. Acesso em 26 maio 2008.

Carloto, Cássia M. **O Conceito de Gênero e sua importância para Análise das Relações Sociais**. Serviço Social em Revista, Londrina, v. 3, n. 2, p. 201-213, jan.-jun. 2001

BARBOSA, Cláudio L. A. **Educação física escolar da alienação à libertação**. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

BETTI, M.; ZULLANI, L. R. **Educação física escolar: uma proposta de diretrizes pedagógicas**. Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte, São Paulo, ano 1, n. 1, p. 73-81, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física**. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

DARIDO, S.; RANGEL, I. **Educação física na escola: implicações para a prática pedagógica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

CANDAU, Vera Maria. **Rumo a um vvvvvbna nova didática**. Petrópolis: Vozes, 2005.